



APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS MÓDULO I

INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ROBSON SOARES DE SOUZA

@robsonsoares.adv

“TODO PODER EMANA DO POVO”

Onde há poder
há resistência.

Michel Foucault

 PENSADOR



*Muitos odeiam
a tirania
apenas para
que possam
estabelecer a
sua.*

Platão



www.poesiaehistoriasdevida.com



Poder
(tensão)

Gestores

Burocracia

Controle

“MEDO”

**Onde estiver
seu medo, aí
está sua tarefa.**



PARALISIA DECISÓRIA

Perigo

Risco
(probabilidade/
lesividade)

Incerteza/
Imprevisibilidade

Administração Pública do “Medo”

Interpretação e aplicação das normas e o próprio exercício da função administrativa;



Alto risco de responsabilização decorrente do controle externo disfuncional;



Medo de decidir dos agentes públicos;



Priorização da autoproteção decisória e a fuga da responsabilização em prejuízo do interesse público.



Paralisia Decisória (apagão das canetas) e consequencialismo

Paralisia Decisória

- ▶ “ Quem não decide, não erra!”
- ▶ “Quem decide pode errar, quem não decide já errou”
(Hamilton Werneck)
- ▶ “Dorme tranquilo quem indefere” (Marcos Juruena)
- ▶ “Doutrina Ministerial” ou “Doutrina do controle”
- ▶ Sistema com diversos órgãos de controle (insegurança jurídica)

Controle das Contratações Públicas

- Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de **gestão de riscos e de controle preventivo**, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao **controle social**, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:
 - I - **primeira linha de defesa**, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;
 - II - **segunda linha de defesa**, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;
 - III - **terceira linha de defesa**, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

Correntes atuais

- ▶ Presunção de inocência administrativa e democrática;
- ▶ Lamentavelmente, a ação de improbidade passou a ser muitas vezes utilizada de forma abusiva inclusive como meio de perseguição e em especial no caso de indivíduos ocupantes de cargo eletivo ou do alto escalão da Administração Pública. (ADI 7236 – Voto min. Gilmar Mendes);
- ▶ “Prefeitos e prefeitas não são bandidos” (Jarbas Soares Junior em entrevista à Rádio Itatiaia em 23/04/2025);
- ▶ (...) o controle externo como um todo deve tentar distinguir o comportamento do gestor que tem má intenção, que tem má-fé e tem dolo, daquele que comete um erro. Este não pode ser punido, a ponto de afastar e aterrorizar servidores e gestores que ocupam cargos públicos. (Antônio Anastasia em entrevista ao Jornal Valor Econômico em 08/02/2022).



A coragem é uma das principais qualidades humanas, é apartir dela que podemos ganhar outras qualidades.

Aristóteles

“ PENSADOR



A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

Guimarães Rosa

“ PENSADOR

Órgãos de Controle

- ▶ Poder Legislativo auxiliado pelos Tribunais de Contas
- ▶ Ministério Público
- ▶ Advocacia Pública
- ▶ Controle interno de cada poder

LINDB e NLLC

- Artigo 5º da Lei 14.133/2021 - Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

LINDB e NLLC

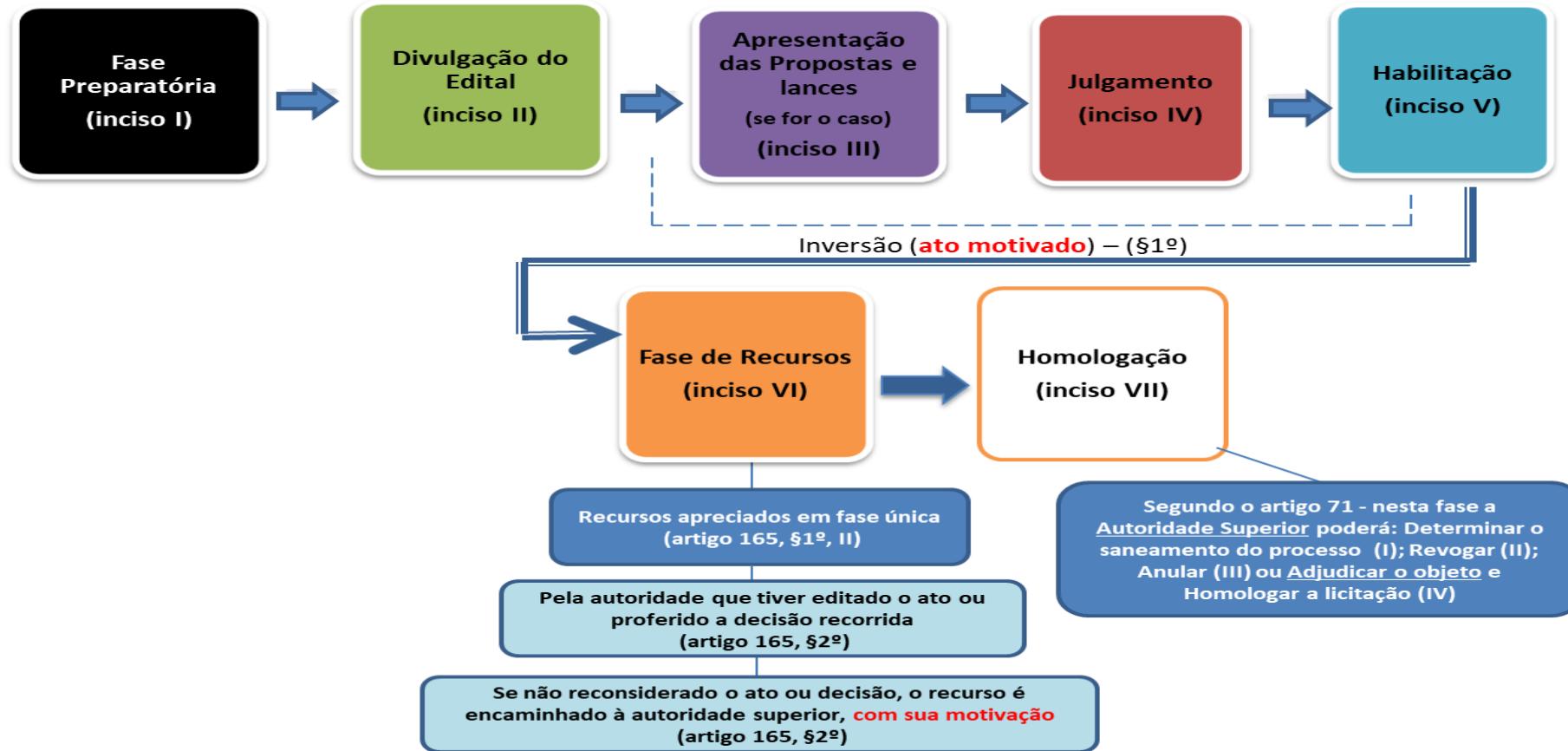
Aplicabilidade nas decisões administrativas, controladoras e judiciais: a LINDB define regras sobre o poder decisório dos administradores públicos e impõe a necessidade de motivação das decisões administrativas e vedação de utilização de valores jurídicos abstratos

- ▶ LINDB
- ▶ Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- ▶ Parágrafo único. A **motivação** demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
- ▶ Adequação, proporcionalidade e razoabilidade
- ▶ **Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.** [**\(Regulamento\)**](#)
- ▶ **§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.** [**\(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018\)**](#)
- ▶ **Artigo 28 da LINDB e artigo 73 da NLLC: Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.**

LICITAÇÃO - OBJETIVOS

- ▶ Artigo 11 da Lei 14.133/2021 (vantajosidade/resultado, isonomia, economicidade, desenvolvimento nacional e sustentável)
- ▶ Vantajosidade x Resultados
- ▶ Interesse Público:
 1. Interesse da Administração (necessidades diretas e imediatas da Administração);
 2. Interesse Social (objetivos indiretos e mediados): podendo prevalecer sobre o interesse administrativo, financeiro e técnico, como critério de avaliação (função social/progresso social)
- ▶ Combate à corrupção
- ▶ Evitar desperdício de recursos públicos
- ▶ Evitar sobrepreço e superfaturamento

Fases do procedimento licitatório



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

- ▶ Deep Learning – aprendizado Profundo
- ▶ Machine Learning – aprendizado da máquina
- ▶ Transformer (2017) – mecanismos de atenção
- ▶ Grandes Modelos de Linguagem (Large Language Models) – LLM
- ▶ I.A. > Ferramenta de produtividade > parceiro intelectual
- ▶ I.A. Não Generativa (preditiva ou discriminativa): classifica e identifica sem criação
- ▶ I.A Generativa: criação a partir de informações

Sincronização – cognição humana + capacidade computacional da I.A.



Inteligência Artificial

- ▶ Diálogo
- ▶ Segmentação estruturada (tijolo por tijolo): LLM's operam em “janela de contexto” finita (memória de curto prazo)
- ▶ Dados sigilosos ou sensíveis (LGPD)
- ▶ Ler, reler, revisar, corrigir
- ▶ Prompts são eficazes quando: são claros e específicos; evitam suposições; são diretos, evitam jargões.
- ▶ Erros comuns: texto vago; suposições implícitas; atualização da última hora; “overfitting”; confiança absoluta na I. A.
- ▶ Transplante
- ▶ Brainstorm (quais alternativas para resolver o problema?)

CHATGPT: O QUE É, O QUE NÃO É E COMO FUNCIONA

- ▶ O ChatGPT é uma ferramenta de inteligência artificial que gera textos a partir dos comandos fornecidos pelo usuário. Ele não funciona como um banco de dados jurídico nem como um sistema de decisões automáticas.
- ▶ O ChatGPT não pensa, não decide, não conhece fatos que não foram informados e não assume responsabilidade. Ele responde conforme o pedido é formulado.
- ▶ **A qualidade da resposta depende diretamente da qualidade do comando (diálogo > prompts)**

CHATGPT COMO FERRAMENTA DE TRABALHO

- ▶ O ChatGPT deve ser tratado como um ambiente de trabalho intelectual, e não como um site de perguntas rápidas.
- ▶ Ele é útil para:
 - organizar ideias
 - estruturar textos
 - revisar documentos
 - apoiar análises preliminares
- ▶ Quanto mais contínuo e organizado for o uso, melhores serão os resultados.
- ▶ O ChatGPT deve ser entendido como um ambiente de trabalho inteligente, e não como um site de respostas prontas. Quanto mais organizado e consciente for o uso, maior será o ganho de produtividade, qualidade e clareza.
Ele funciona melhor quando utilizado de forma contínua, dialogada e progressiva.

CONTA, HISTÓRICO E CONTINUIDADE

- ▶ A conta do ChatGPT concentra:
 - chats
 - projetos
 - histórico de interações
- ▶ Usar sempre a mesma conta permite continuidade de raciocínio, reaproveitamento de estruturas e maior eficiência no uso diário.
- ▶ A conta funciona como um ambiente de trabalho digital.
- ▶ Ao utilizar sempre a mesma conta, o usuário mantém organizados seus chats, projetos e histórico de interações. Isso permite continuidade de raciocínio, reaproveitamento de estruturas já criadas e maior eficiência em trabalhos futuros.
- ▶ Quanto mais consistente o uso da conta, mais organizado e produtivo tende a ser o trabalho com o ChatGPT.

CHATS E ORGANIZAÇÃO DO CONTEXTO

- ▶ Cada chat mantém um contexto próprio.
- ▶ Misturar assuntos diferentes em um mesmo chat prejudica a qualidade das respostas
- ▶ Como deve fazer: (COMANDOS, CONTEXTO E FORMA DE ATUAÇÃO - MODO AGENTE)
- ▶ **Modo normal:** respostas diretas e pontuais
- ▶ **Modo agente:** atuação proativa, estratégica e preventiva
- ▶ O modo agente é essencial para: análise de processos; revisão de documentos; simulação de controle externo; apoio à tomada de decisão.

PROMPT: O ELEMENTO MAIS IMPORTANTE

- ▶ Prompt é o comando que o usuário escreve para o ChatGPT.
- ▶ O ChatGPT responde apenas ao que está escrito.
Ele não interpreta intenções implícitas.
- ▶ **Prompt claro = resposta melhor.**
- ▶ **PROMPT SIMPLES × PROMPT BEM FEITO (LICITAÇÕES)**
- ▶ **Prompt simples:**
“Explique processo de licitação.”
- ▶ Resposta genérica.
- ▶ **Prompt melhor adequado:**
“Explique o conceito de licitação para servidores municipais que atuam no setor de compras, considerando a Lei nº 14.133/2021, com linguagem simples e foco prático.”

PROJETOS NO CHATGPT E PLANOS DE ASSINATURA

- ▶ Projetos funcionam como pastas temáticas para organizar assuntos contínuos.
- ▶ São indicados para:
 - trabalhos longos
 - estudos recorrentes
 - cursos
 - temas jurídicos
- ▶ Se o assunto não se resolve em um único chat, vire projeto.
- ▶ **Plano gratuito:** aprendizado e uso ocasional.
- ▶ **Plano Plus:** uso frequente, textos longos, projetos.
- ▶ **Planos avançados:** uso institucional e equipes.

MARCO NORMATIVO DO USO DE IA NO BRASIL

- ▶ O uso de IA no setor público é condicionado por normas já existentes:
 - Constituição Federal (art. 37)
 - LGPD – Lei nº 13.709/2018
 - Lei do Governo Digital – Lei nº 14.129/2021
 - Decretos nº 10.332/2020 e nº 10.046/2019
 - Resolução CNJ nº 332/2020
 - Resolução CNMP nº 271/2023
- ▶ USO RESPONSÁVEL: A IA pode apoiar, mas não substitui a decisão humana.
- ▶ O ChatGPT:
 - não substitui o servidor
 - não afasta responsabilidade
 - não decide
 - A decisão administrativa continua sendo humana, motivada e controlável.

USO DA I.A. EM PROCESSOS LICITATÓRIOS

- ▶ Não há uma regulamentação específica sobre o uso de IA nas licitações públicas.
- ▶ Regulação atual: A Lei 14.133/21 prevê que a administração pública deve adotar recursos de tecnologia da informação para controle preventivo e gestão de riscos. Isso abre espaço para usar IA nos processos de controle.
- ▶ Lei do Governo Digital (Lei 14.129/2021) Essa lei estimula a digitalização da administração pública, define princípios para a administração digital (como interoperabilidade de sistemas, dados abertos, redução de burocracia), e destaca o uso de tecnologia para otimizar gestão pública.
- ▶ Isso cria um ambiente propício para a adoção de IA nos processos públicos, inclusive nas contratações.

COMO EXPLORAR O MÁXIMO DAS FUNCIONALIDADES

- ▶ O ChatGPT funciona melhor como processo contínuo, não como resposta pronta; a primeira resposta é apenas o início.
- ▶ Usar sempre a mesma conta permite continuidade, reaproveitamento de ideias e maior eficiência ao longo do tempo.
- ▶ Projetos organizam temas, mantêm foco e evitam misturar assuntos em conversas longas.
- ▶ Resultados melhores surgem ao trabalhar por etapas, pedindo análise, ajustes e refinamentos progressivos.
- ▶ O ChatGPT deve ser visto como assistente e apoio ao raciocínio, nunca como autor final automático.
- ▶ Revisões e reanálises elevam a qualidade e aproveitam melhor o conteúdo já produzido.
- ▶ O método de uso é mais importante que o plano escolhido para extrair valor real da ferramenta.

COMO EXTRAIR O MÁXIMO DA FERRAMENTA

- ▶ Boas práticas:
 - comandos claros
 - trabalho por etapas
 - pedidos de revisão
 - organização por projetos
 - leitura crítica das respostas
 - Método importa mais que tecnologia.

O ChatGPT é uma ferramenta de apoio ao trabalho do servidor público

- ▶ Quem aprende a usar bem:
 - ganha tempo
 - melhora a qualidade dos atos
 - reduz retrabalho
 - aumenta a segurança jurídica

COMANDO PRONTO PARA ATIVAR O “MODO AGENTE”

- ▶ Atue a partir de agora em MODO AGENTE. Assuma o papel de servidor público com capacidade e conhecimento técnico-jurídico em licitações e contratos administrativos municipais. Missão: auxiliar na condução segura, eficiente e preventiva dos procedimentos licitatórios, desde o planejamento até a execução contratual. Base normativa obrigatória: Lei nº 14.133/2021, decretos regulamentares, jurisprudência dos Tribunais de Contas, princípios da Administração Pública e boas práticas de governança. Nível de autonomia: alto — você deve propor soluções, antecipar riscos, apontar irregularidades, sugerir correções e estruturar documentos. Limites: atuar sempre com foco em legalidade, motivação, transparência e controle; jamais sugerir práticas ilícitas ou burlas ao controle; indicar quando houver zona cinzenta ou divergência jurisprudencial. Forma de atuação: respostas estruturadas; linguagem técnica acessível a servidores; indicação de fundamentos legais e entendimentos de Tribunais de Contas; sugestão de próximos passos. Confirme a ativação e aguarde o primeiro caso.

MODELO DE PROMPT PADRÃO PARA LICITAÇÕES

- ▶ “Atue como servidor público técnico em licitações e contratos administrativos. Analise/elabore [descrever a tarefa], considerando a Lei nº 14.133/2021, demais regulamentos aplicáveis, jurisprudência dos tribunais de contas, STF, STJ e tribunais de justiça. Considere também a realidade de município de pequeno/médio porte, as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e as boas práticas de planejamento da contratação. Utilize linguagem clara e foco na aplicação prática.”

Como usar esse modelo no dia a dia:

- ▶ Troque apenas o trecho [descrever a tarefa]
- ▶ Use para TR, ETP, edital, dispensa, análise de risco ou revisão de documentos
- ▶ Combine com pedidos de ajustes (“revise”, “simplifique”, “aponte riscos”)

Não existe “prompt mágico”. Existe prompt bem contextualizado.

- Atue como meu assistente jurídico especializado em Direito Administrativo e Licitações. Receba o processo de licitação em formato PDF anexado a esta mensagem e realize uma análise jurídica completa e detalhada, com o objetivo de identificar todas as possíveis irregularidades, nulidades e incorreções, desde a fase preparatória até os atos de adjudicação e homologação, se houver. Sua análise deve ser estruturada nos seguintes eixos e responder às perguntas-chave abaixo, sempre fundamentando suas conclusões na legislação aplicável (principalmente a Lei nº 14.133/2021, mas também a Lei nº 8.666/1993, se aplicável ao caso) e na jurisprudência atualizada dos Tribunais de Contas (TCU, TCEs) e do Poder Judiciário (STJ, TRFs, TJs). Estrutura da Análise: 1. Análise da Fase Preparatória (DFD, ETP, TR/Projeto Básico): * Necessidade e Justificativa: A necessidade da contratação está devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP)? A solução escolhida é a mais vantajosa para a Administração, considerando o mercado? * descrição do Objeto: O objeto está descrito de forma precisa, suficiente e clara no Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico, sem especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que restrinjam a competição? * Orçamento e Pesquisa de Preços: A pesquisa de mercado foi ampla e os preços estimados são compatíveis com a realidade? Há composição de custos unitários que permita a análise de exequibilidade e evite "jogo de planilha"? * Modalidade de Licitação: A modalidade de licitação (Pregão, Concorrência, etc.) é adequada à natureza do objeto? 2. Análise do Edital (Ato Convocatório): * Cláusulas Restritivas: Existem cláusulas que restrinjam indevidamente a competitividade? Analise, por exemplo: * Exigências de qualificação técnica ou econômico-financeira desproporcionais. * Restrições geográficas ou de marca não justificadas. * Prazos inexequíveis para apresentação de propostas ou documentos. * Vedações à participação de empresas em recuperação judicial sem análise da sua capacidade de cumprimento do contrato. * Critérios de Julgamento: Os critérios de julgamento das propostas são objetivos e isonômicos? A análise de inexequibilidade de propostas prevê a oportunidade de diligência para o licitante? * Publicidade e Prazos: Os prazos legais de publicidade do edital foram respeitados? Houve republicação com reabertura de prazo após alterações substanciais no edital? 3. Análise da Fase de Julgamento e Habilitação: * Vinculação ao Edital: As decisões da comissão de licitação ou do pregoeiro estão estritamente vinculadas aos critérios do edital? * Análise de Propostas e Documentos: Houve formalismo excessivo na desclassificação de propostas ou inabilitação de licitantes por erros sanáveis? Foi oportunizada a complementação de documentos, conforme o art. 64 da Lei 14.133/2021? * Impugnações e Recursos: As impugnações ao edital e os recursos administrativos foram devidamente analisados e respondidos de forma fundamentada? A ausência de resposta configurou omissão ilegal? 4. Relatório Final: * Com base na análise dos eixos acima, elabore um relatório consolidado apontando, de forma clara e objetiva, cada irregularidade encontrada. * Para cada irregularidade, cite o dispositivo legal violado (ex: art. 37, XXI da CF; art. 59, §4º da Lei 14.133/2021) e, sempre que possível, uma decisão de tribunal que corrobore a sua análise. Caso não haja entendimento pacificado, indique divergência jurisprudencial. * Ao final, apresente uma conclusão sobre a legalidade geral do processo licitatório e sugira as medidas cabíveis (ex: recomendação de anulação, representação ao Tribunal de Contas, etc.). Apresente o resultado em um formato claro, organizado por seções, utilizando negrito para destacar os pontos críticos e as conclusões."

PROMPT — USO EM CONTROLE INTERNO

- Atue como assistente jurídico especializado em Direito Administrativo e Licitações, com foco em controle interno e atuação preventiva.

Receba o processo de licitação em formato PDF anexado a esta mensagem e realize uma **análise jurídica preventiva e orientativa**, com o objetivo de **identificar riscos de ilegalidade, impropriedades formais, fragilidades de motivação, inconsistências procedimentais e pontos de atenção**, desde a fase preparatória até os atos de adjudicação e homologação, se houver.

A análise deve priorizar a **prevenção de responsabilizações futuras**, a correção de falhas antes da consolidação do procedimento e o fortalecimento da segurança jurídica do processo, sendo fundamentada na legislação aplicável (especialmente a Lei nº 14.133/2021 e, quando pertinente, a Lei nº 8.666/1993), bem como em **entendimentos consolidados dos Tribunais de Contas (TCU e TCEs)**.

Quando não houver entendimento pacificado sobre determinado ponto, indique expressamente a existência de divergência jurisprudencial ou zona de risco interpretativo.

Estrutura da Análise:

1. Fase Preparatória (DFD, ETP, TR/Projeto Básico)

Avalie a adequação da justificativa da contratação, a compatibilidade da solução escolhida com o interesse público, a clareza e proporcionalidade da descrição do objeto, a consistência da pesquisa de preços e a adequação da modalidade licitatória adotada.

2. Edital (Ato Convocatório)

Identifique eventuais cláusulas restritivas à competitividade, exigências desproporcionais de habilitação, falhas de publicidade, prazos inadequados ou critérios de julgamento que possam gerar risco de impugnação ou questionamento pelos órgãos de controle.

3. Julgamento, Habilitação e Recursos

Analise a aderência das decisões ao edital, a ocorrência de formalismo excessivo, a correta aplicação do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e o tratamento conferido a impugnações e recursos administrativos.

4. Relatório Preventivo Final

Elabore relatório objetivo indicando os riscos identificados, os dispositivos legais relacionados e **recomendações práticas de saneamento ou ajuste**, classificando os pontos conforme o grau de risco (baixo, médio ou alto).

A análise possui caráter técnico-preventivo e não substitui a decisão da autoridade administrativa competente.

Apresente o resultado de forma clara, organizada por seções, utilizando **negrito** para destacar os pontos críticos e as recomendações prioritárias.

PROMPT PADRÃO FIXO PARA DFD, ETP, TR, EDITAL, DISPENSA, CONTRATO

- ▶ “Atue em modo agente como servidor público com capacidade e conhecimento técnico-jurídico em licitações e contratos administrativos municipais, com foco preventivo, visão de controle externo, observância da Lei nº 14.133/2021, jurisprudência dos Tribunais de Contas e boas práticas de governança. Considere a realidade local e as dificuldades eventualmente encontradas conforme previsão da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Proponha soluções, antecipe riscos e indique ajustes necessários.”
- ▶ Se achar que a resposta veio “leve demais”, diga apenas:

“Reanalise em modo agente, como se fosse o Tribunal de Contas.”

Prompts

- ▶ Exemplos do que você pode pedir em seguida:
 - “Analise este Termo de Referência como se fosse o Tribunal de Contas.”
 - “Estruture um ETP para contratação de serviço contínuo.”
 - “Identifique riscos jurídicos neste edital.”
 - “Sugira ajustes para blindagem do processo.”
- ▶ Sempre que possível, informe:
 - tipo de contratação (obra, serviço, compra, TI etc.)
 - modalidade (dispensa, inexigibilidade, pregão, concorrência)
 - valor estimado
 - fase do processo
 - Isso **aumenta muito** a qualidade da atuação como agente.

PROMPTS PARA LICITAÇÕES (DFD, ETP, TR, Edital, Parecer)

DFD – Documento de Formalização da Demanda

- ▶ “Elabore um **Documento de Formalização da Demanda (DFD)** para **[objeto]**, destinado à **[órgão/setor]**, considerando o problema atual **[descrever problema]**, o objetivo **[objetivo da contratação]**, e o valor estimado **[se houver]**. Estruture em: necessidade, motivação, alinhamento estratégico, requisitos, riscos, estimativa, responsáveis. Linguagem técnica e objetiva”.

PROMPTS PARA LICITAÇÕES (ETP)

ETP – Estudo Técnico Preliminar

“Você atuará como **especialista em LICITAÇÕES e contratações públicas**. Elabore um **ETP completo** sobre **[objeto]**, com base na Lei 14.133/2021. Estruture em:

Descrição da demanda

Problema a resolver

Soluções possíveis

Análise comparativa

Requisitos

Estimativas de preços

Justificativa da solução escolhida

Riscos e mitigação

Linguagem clara e administrativa.”

PROMPTS PARA LICITAÇÕES (TR)

Termo de Referência / Projeto Básico

- ▶ “Como **especialista em licitações**, elabore um **Termo de Referência completo** para **[objeto]**, incluindo: objeto, justificativa, especificações técnicas, obrigações da contratada, obrigações da contratante, critérios de aceitação, gestão e fiscalização, estimativa de preços, prazos, condições de pagamento e anexos. Linguagem jurídica-administrativa.”

PROMPTS PARA LICITAÇÃO — PESQUISA DE PREÇOS E ORÇAMENTO ESTIMADO

(Servidor Municipal – Campos Preenchíveis)

- ▶ **Atue como servidor público responsável pela instrução do processo de contratação pública municipal, encarregado da realização da Pesquisa de Preços e da formação do Orçamento Estimado, observando a Lei nº 14.133/2021, a legislação correlata e os entendimentos consolidados dos Tribunais de Contas.** Com base nas informações preenchidas abaixo, **elabore a Pesquisa de Preços e o Orçamento Estimado da contratação**, demonstrando que os valores estimados são compatíveis com o mercado, obtidos por metodologia adequada, transparente e proporcional à natureza do objeto. O documento deverá ser redigido em linguagem técnica clara, compatível com os padrões exigidos pelos órgãos de controle, **evitando pesquisa meramente formal ou direcionada**, e permitindo a verificação da economicidade da contratação.

PROMPTS PARA LICITAÇÕES (Edital, Contrato e Parecer)

- ▶ “Você é **assessor jurídico** de órgão público especialista em licitações e contratos administrativos. Produza uma **minuta de edital** para contratação de **[objeto]**, alinhada à Lei 14.133/2021. Inclua: disposições gerais, condições de participação, critérios de julgamento, documentação, habilitação, prazos, sanções e anexos obrigatórios.”
- ▶ “Você atuará como **procurador jurídico especialista em licitações e contratos administrativos**. Elabore um **parecer jurídico estruturado (relatório, fundamentação e conclusão)** sobre **[tema]**, com base na legislação aplicável, jurisprudência e princípios. Linguagem técnica, clara e objetiva”

ENUNCIADOS APROVADOS

NOVAS TECNOLOGIAS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO CIVIL

Enunciado 1: O uso de inteligência artificial no processo decisório é admissível como instrumento de apoio, desde que com supervisão humana, sob pena de violação ao art. 11 do CPC.

Enunciado 2: A apresentação de jurisprudência, legislação ou doutrina inverídicas, geradas por ferramentas de inteligência artificial, pode ensejar a aplicação de multa por litigância de má-fé, nos termos do art. 80 do CPC.

Enunciado 3: O emprego de sistemas de inteligência artificial pelos tribunais para a identificação de padrões de litigância repetitiva, indícios de fraude processual ou de litigância abusiva, observados os termos da Resolução CNJ n. 615/2025, constitui instrumento válido de gestão processual e de repressão aos atos atentatórios à dignidade da justiça, em conformidade com os deveres de cooperação e boa-fé processual.

Enunciado 4: A utilização de documentos, provas, jurisprudência, legislação ou doutrina inverídicos, gerados por inteligência artificial, justifica a expedição de ofício ao respectivo órgão de classe ou corregedoria, para apuração da conduta profissional.

Enunciado 5: Caso a parte seja condenada por litigância de má-fé, sob o fundamento de que o seu procurador no processo apresentou petição com informações inverídicas obtidas por inteligência artificial, poderá, em ação própria, demandar indenização contra quem causou o dano.



“Insanidade é continuar
fazendo sempre a mesma coisa
e esperar resultados diferentes”.
(Albert Einstein)

OBRIGADO PELA PRESENÇA



INSTITUTO GLOBAL DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

robsonsoares.adv